

Psicologia Escolar, limite, disciplina e educação no Colégio da Polícia Militar de Goiás

Ana Paula dos Santos Rissati¹
Gizele Geralda Parreira²

Resumo

O presente artigo descreve o percurso teórico da Psicologia Escolar para compreender o trabalho que esta área desenvolve a fim de atender a demanda das escolas que a consideram em seus programas curriculares, mais especificamente, no Colégio da Polícia Militar de Goiás. Para tanto, verifica-se a origem das instituições militares de ensino no Brasil e em Goiás, o objetivo destas quanto à formação educacional dos alunos e o papel da Psicologia Escolar dentro do CPMG. O estudo revela que a formação educacional militar prima, dentre outros aspectos, pelo limite e pela disciplina discente. Todavia, revela também que no CPMG, campo de estágio deste trabalho, existe uma significativa preocupação em trabalhar tais questões, ancorado pela perspectiva da Psicologia Escolar.

Palavras-chave: colégio militar, limite e disciplina, psicologia escolar.

Introdução

Segundo Pfromm Netto (1996), a psicologia educacional nasceu e desenvolveu-se sob a influência da utilidade social. Nos Estados Unidos, os dois grandes pioneiros dessa área foram Granville Stanley Hall e Lig Witmer. Em 1882, Hall publicou seu artigo *O conteúdo da mente das crianças quando ingressam na escola*, relatando o trabalho que realizou junto à classe de ensino primário. Em 1893, Hall fundou a *National Association for the Child*, sendo a revista *Pedagogical Seminary* foi o órgão de divulgação e pesquisa, fundada em 1891.

O interesse de Hall por problemas de desenvolvimentos educacionais originou grandes relatos de pesquisa, artigos e livros. O movimento do estudo da criança por ele liderado resultou na criação das sociedades de estudo da criança em vários países, contribuindo para o reconhecimento da importância do estudo empírico na infância,

¹ Psicóloga pela PUC-Goiás. Psicóloga Escolar no Colégio da Polícia Militar de Goiás – Ayrton Senna. Psicóloga Clínica na Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. Neuro-Psicóloga pela NEPNEURO-Goiânia. Email: anapaularissati@hotmail.com

² Psicóloga pela PUC-Goiás. Doutora e Mestre em Educação pela PUC-Goiás. Gestalt-Terapeuta pelo ITGT-Goiás. Docente do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Goiânia. Email: gizele.p@terra.com.br

além da realização e a avaliação crítica de pesquisas e do fortalecimento de laços entre a psicologia e a escola, Pfromm Netto (1996).

Pfromm Netto (1996) assevera que Witmer fundou a primeira clínica psicológica nos EUA, na Universidade de Pensilvânia em 1896. Tanto a clínica como as concepções advogadas por ele são reconhecidas como o ponto de partida, ao mesmo tempo da psicologia escolar/educacional e da psicologia clínica. O trabalho da clínica psicológica teve início quando uma professora encaminhou à clínica um menino de 14 anos com dificuldades de soletrar.

Pfromm Netto (1996) acrescenta que os alvos de Witmer eram a prevenção e a intervenção, mas em suas descrições de estudo de caso ele não omitia considerações sobre condições ambientais mais amplas que influenciavam o comportamento e o desenvolvimento da criança. Na Itália, o nome mais expressivo é o de Sante de Santis que criou em fins do século XIX uma equipe interdisciplinar para atender alunos anormais e atrasados.

Ainda baseado na ideia de Pfromm Netto (1996), foi na França, no fim do século XIX que se define melhor uma psicologia escolar/educacional com vários propósitos de pesquisas, intervenções e ajudas concretas aos escolares. Contudo, instrumentalizados pela psicométrica. Pessoas como Alfred Binet, mais tarde, Henri Wallon, René Zazzo e Gratiot-Alphandery. Esses últimos tiveram uma concepção básica de intervenção psicológica contínua, junto a cada aluno, considerando-os, individualmente, desde o início de sua escolarização.

Pfromm Netto (1996) afirma que a psicométrica e a pesquisa experimental marcaram profundamente o início da psicologia escolar no Brasil, de maneira que adentrou na escola focalizando a criança classificada como problema, por não se encaixar nas normas e regras institucionais. O psicólogo olhava apenas a criança que deveria ser enquadrada e/ou ajustada ao ambiente escolar. Com o tempo, esse profissional voltou-se também para os docentes, mas restringindo o enfoque aos aspectos emocionais e visando, com maior ênfase, ao aluno que não acompanhava os seus colegas dentro da sala de aula. Seu objetivo era a criança tida como problema, por não aprender no mesmo ritmo que a grande maioria.

Nos anos 70, o alvo de atuação continuou sendo a criança, também foi inserida nesse contexto a família, todavia, os professores foram deixados de lado. Problemas morais, afetivos, econômicos e outros mais, considerados inerentes à família de baixa

renda, eram apontados como os culpados pelo mau rendimento escolar do filho (Patto, 1996 e 1998).

Diante disso, pode-se pensar que a psicologia escolar é uma área que surgiu como necessidade de integrar a educação aos conhecimentos psicológicos, englobando não somente o aluno e/ou o professor, mas um contexto maior e mais complexo que envolvesse as relações, a cultura e vivência de cada indivíduo, no sentido de favorecer os processos de ensino e de aprendizagem, bem como as relações interpessoais que constituem o cotidiano escolar (Maluf, 2003).

Ao contrário da visão que acompanhou os primórdios da psicologia escolar, atualmente tem-se percebido indícios de mudança na compreensão acerca do papel do psicólogo escolar. Aos poucos, tem ficado evidente para esse profissional que não lhe cabe resolver todos os problemas da instituição, ou realizar um trabalho clínico na escola. Mas, buscar o desenvolvimento da função educativa da instituição na sua complexidade e com maiores níveis de aproveitamento, o que torna necessária a participação de profissionais diversos, que sejam capazes de trabalhar em equipe, a partir da especificidade e complementaridade de sua formação, como ressalta Martínéz (2003).

Pfromm Netto (1993) citado por Valle (2003), o psicólogo escolar tem sua especialidade ainda pouco difundida, apenas em 1990, com a formação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABPEE). A atuação do psicólogo escolar era, marcadamente, remediadora e focalizada no indivíduo, uma vez que a tendência da psicometria predominava, enquanto a prática da psicologia se apoiava em testes. Nessa tentativa de participar do corpo administrativo escolar, o psicólogo precisava limitar-se ao cliente-aluno, evitando interferência nas decisões dos docentes como se seu campo de estudo pudesse estar alheio à influência do ambiente. Sendo assim os problemas escolares como evasão, repetências, diferenças sociais, levaram o psicólogo a buscar outro nível de contribuição eficaz.

Nesse contexto, o psicólogo ocupa um lugar com amplas possibilidades de atuação, seja como pesquisador, especialista, professor, consultor ou assessor. Pressupõe-se que deverá ter formação coerente, que privilegie áreas como a do desenvolvimento humano, aprendizagem, avaliação e diagnóstico psicoeducacional, técnicas de apoio e de aconselhamento, dinâmica grupal, além de estágios supervisionados para capacitá-lo a atuar em equipe multiprofissional, numa visão

interdisciplinar, Novaes (2003).

Hoje, o psicólogo escolar busca enfatizar a importância da afetividade e das relações que são estabelecidas com o aluno, valorizando sua subjetividade que está se estruturando, além do componente puramente cognitivo. Wechsler (1996) ressalta esse profissional, considerando a influência do contexto social na aprendizagem do aluno, levando em conta a diversidade social, econômica, cultural, geográfica e étnica dos espaços institucionais.

Como assinalam Rossi e Paixão (2003), o modelo econômico e político vigente no país são incisivos sobre a educação e, concomitantemente, às mudanças nesses modelos, a estrutura educacional também sofre alterações. Devido à frenética mudança econômica decorrente da globalização, as representações sociais acerca do papel do psicólogo escolar adquirem múltiplas facetas, o que interfere na própria atuação profissional. Instalam-se, portanto, novas necessidades educativas e conseqüentemente há refração na formação e atuação do profissional da área escolar.

O psicólogo, que luta pela compreensão social da sua função, esbarra em dois desafios fundamentais, que são a inclusão na escola, para que seu trabalho não termine distorcido e limitado, e a participação do corpo docente em programas de intervenção promovendo o desenvolvimento psicológico e pedagógico infantil. Sua atuação preventiva mais ampla, envolvendo a escola e a família. Valle (2003).

Novaes (1980) citada por Andaló (1984) defende a importância da formação adequada do psicólogo escolar e sua responsabilidade profissional, o caráter, sobretudo preventivo que significa “antecipar, evitar, livrar-se de, impedir de que algo suceda” da atuação do psicólogo escolar, essa orientação psicológica, merece tanto ou mais cuidado do que qualquer outra, pois tem com principal meta o ajustamento do indivíduo.

A psicologia escolar está implícita numa visão de que os problemas são equacionados em termos de saúde e doença, o que na escola se reduz a um problema de ajustamento e adaptação, uma vez que o problema escolar fica centrado no aluno, isto é, a responsabilidade dos insucessos e dos fracassos recai sobre o educando. O papel do psicólogo escolar seria então o daquele profissional que tem a função de tratar esse aluno-problema e devolvê-lo à sala de aula “bem ajustado” (Andaló, 1984).

Apesar de a psicologia dar à instituição escolar uma nova perspectiva de pensamento acerca do processo de ensino aprendizagem, esse profissional hoje, encontra-se em crise. Pode-se citar como fatores dessa crise: em primeiro lugar, a

demanda que é enorme, há muitos alunos “desviantes, não adaptados” ao objetivo final da escola; em segundo lugar, a visão de muitos profissionais da educação que ainda está pautada no paradigma de normalidade x anormalidade, onde se espera um padrão de comportamento e de atitudes que conduzam ao sucesso escolar. Andrada (2005).

Andrada (2005) reforça que o psicólogo educacional precisa criar um espaço de escutar as demandas da escola e pensar nas maneiras de como lidar com as situações que são cotidianas. Necessita criar formas de reflexão dentro da escola com todos os sujeitos (alunos, professores e especialistas), para que possam trabalhar suas relações e paradigmas. Ele precisa ouvir os alunos, o que pensa sobre a escola e sua turma. É de extrema importância ouvir o corpo docente e suas necessidades, trabalhar com a equipe pedagógica, chamar a família do aluno com dificuldades. Deve estar ativo nas reuniões de conselho de classe e deverá participar do processo de construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

Origens dos colégios militares no Brasil

Segundo Figueiredo (1958) citado por Leal (2009), no final da guerra dos Pratas, o povo brasileiro, comovido com os mutilados e com os órfãos dos militares, cogitou-se à criação de um asilo a partir de uma subscrição popular, a qual arrecadou mais de mil contos de réis. Em 29 de outubro de 1868, o ministro da guerra, o Barão de Muritiba Manoel Vieira Tosta, inaugurou o asilo regido pelo estatuto da sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, com o objetivo de auxiliar o governo na função e no custeio desse tipo de instituição, no qual fossem abrigados, não apenas os servidores da pátria, invalidados em serviço, mas, também, com a educação dos órfãos filhos dos militares mortos na guerra, e socorrer as mães viúvas e os filhos de militares impossibilitados do serviço em combate.

A evolução dos fatos conduz à compra, pela União, do palacete do Barão de Itacurussá, herdado do finado Conde de Mesquita, com o objetivo inegável de servir de funcionamento do Imperial Colégio Militar da Corte, fundado pelo Decreto 10.22 de 09 de março de 1889. A prioridade absoluta do Imperial Colégio Militar da Corte (depois Colégio Militar do Rio de Janeiro – CMRJ) era atender os filhos e netos dos mortos em combate, ou que, em serviço, tenham ficado inutilizados. A primeira turma constava de 44 alunos. Já ao fim de 1889, contava o Colégio com 120 matriculados, Figueiredo, (1958) citado por Leal (2009).

De acordo com Figueiredo (1958) citado por Leal (2009), a procura pelo Colégio e a relevância que ele vai adquirindo na história da educação brasileira explicam-se pela carência de escolas, principalmente federais, no Brasil.

Assim foram criados dois Colégios seguintes, o Colégio Militar de Porto Alegre – CMPA (1912) e o Colégio Militar de Fortaleza – CMF (1919). Conclui-se que o Sistema Colégio Militar Brasileiro foi o primeiro sistema de ensino federal, efetivamente em âmbito nacional. Estabelece-se, porém, a dicotomia que acompanhará o Colégio Militar do Rio de Janeiro e os demais colégios do sistema ao longo de sua história, nasce sob objetivo assistencial inclusivo, mas adquire contornos elitistas nas condições de seleções originais: primeiro órfãos de pai e mãe; segundo órfãos de pai e terceiro órfãos de mãe.

Figueiredo (1958) citado por Leal (2009) assegura que após a criação do Colégio no Brasil foi aprovado o seu primeiro regulamento, o qual estabelecia as regras de funcionamento do educandário. Em linhas gerais, o estabelecimento tinha como objetivo a instrução e educação militar. Quem possuía prioridade absoluta eram os filhos e netos dos que morreram em combate, ou que, em serviço militar ficaram inutilizados, conforme o supracitado. Esses tinham o curso inteiro gratuito. Para que a matrícula pudesse ser realizada, o candidato deveria ter entre 8 e 12 anos, ser vacinado e, diante de uma banca de professores, mostrar que sabia ler e escrever. O tempo de estudo no colégio era de cinco anos e não contava como efetivo serviço militar. No entanto, ocorriam exceções aos alunos condecorados com medalhas. A esses, os dois últimos anos de curso eram contados como serviço militar. Assim, os filhos e netos de militares que tinham o curso gratuito, ao terminarem, deveriam seguir a carreira militar.

O Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás

De acordo com o regimento do Colégio da Polícia Militar de Goiás, tal instituição, foi criada pela lei estadual nº14.050 de 21 de dezembro de 2001, e foi modificada pela lei Estadual nº16,152, de 26 de outubro de 2007. Além da Secretaria de Estado da Educação, está subordinada à Secretaria de Segurança Pública/ Polícia Militar de Goiás, através da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa. (CPMG, 2010, manual do aluno. p. 238).

A gestão escolar, entendida como um processo que rege o funcionamento do Colégio da Polícia Militar de Goiás-CPMG, é a responsável pelas tomadas de decisões conjuntas no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões

pedagógicas e administrativas incluindo a participação de toda comunidade escolar. Ela é constituída da seguinte forma: membro da direção, corpo docente, técnico-pedagógico, administrativo e os alunos regularmente matriculados, bem como, seus pais ou responsáveis.

O manual do aluno do CPMG (2010) diz que o colégio apresenta uma estrutura organizacional, além do corpo docente, coordenação pedagógica, direção e outros. O CPMG conta com a Seção de Assistência Psicossocial ao Estudante, constituída por um profissional do serviço social ou psicologia, tendo sob sua chefia alguns auxiliares militares e civis.

São atribuições do chefe da Seção de Assistência ao Estudante: Apoiar e orientar o Chefe da Divisão de Ensino no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem junto ao corpo docente, servidores e alunos; Interagir de forma integrada com as demais Seções da Divisão de Ensino; Coordenar, controlar e supervisionar as atividades de assistência do corpo discente; Empreender esforços administrativos visando ao atendimento do estudante; Dinamizar o atendimento assistencial ao estudante; Orientar aos alunos nos aspectos psicopedagógicos; Promover pesquisa e estudos de caso; Desenvolver atividades de interação família/escola e escola/sociedade; Elaborar relatórios dos discentes assistidos nas seções pertinentes com vistas a munir de informações necessárias ao desenvolvimento pedagógico do aluno (CPMG, 2010).

A questão dos limites

O estabelecimento de limites é, hoje, um dos temas mais discutidos pelos profissionais da educação e do desenvolvimento infantil, é o que relata La Taille (1999) em sua obra. Observa-se com frequência que limite é um termo associado à obediência, regras, normas, respeito, à retidão moral e à cidadania. Na educação, esse termo é usado no sentido usual e restrito e trata daquilo que é permitido e/ou proibido em prol da moralidade.

La Taille (2001) citado por Araújo e Sperb (2009) afirma que um ato moral está ligado ao respeito, aos direitos alheios, ao cuidado em levar em conta a singularidade e as necessidades do outro e à consideração do bem comum. A construção de limites está, então, diretamente implicada na capacidade da criança de socialização e convivência bem-sucedidas, de forma que ela possa reconhecer e considerar os próprios limites e os dos demais.

Rogge (2006), em suas obras, diz que colocar limites é trilhar entre o sucesso e o fracasso, entre a coragem e o desânimo, entre a dúvida e a esperança, é um processo que dura a vida toda.

A família é a primeira instituição social na qual a criança está inserida, é a sede da socialização na qual são repassadas normas e valores sociais às gerações mais novas, sendo assim, desempenha papéis fundamentais no processo da construção dos limites infantis (Paggi e Guareschi, 2004).

A escola, por sua vez, além de ser uma instituição responsável pelo desenvolvimento do conhecimento formal, também desempenha um papel importante no estabelecimento dos limites infantis. De acordo com Araújo (2004) a aprendizagem escolar, numa perspectiva contemporânea, deve passar pela constituição social e pela preparação para o exercício da cidadania. Essas realizações envolvem não apenas o estabelecimento de limites, mas também, a reflexão acerca desses limites.

Segundo Aquino (2006), pesquisas mostram que não tem ficado claro o papel da família e da escola no que refere à educação das crianças e à construção de limites. Pais e professores mostram dificuldades para delimitar seus papéis e ações e apresentam muitas dúvidas sobre qual a melhor forma de trabalhar limites com as crianças. Isso porque a família passa por uma perda de referenciais.

Por outro lado, a escola também se depara com a falta de limites dos alunos, ou indisciplina considerada hoje uma das principais dificuldades no cenário escolar. Conforme La Taille (1996) citado por Araújo e Sperb (2009), desde a década de 90 muitos professores definem a indisciplina como ações de desrespeito pelo colega, pelo professor, ou mesmo pela própria instituição escolar, trazendo à tona o problema da relação do aluno com um conjunto de normas e regras existentes dentro das instituições escolares, a fim de uma organização mais adequada.

Contudo, Roure (2008), afirma que a concepção de indisciplina do ponto de vista do professor é muito variável, depende de como ele encara sua sala de aula, do tipo de formação recebida, de suas experiências e, principalmente, de seu posicionamento perante a escola e às questões sociais.

Várias podem ser a forma de manifestação desta indisciplina, como a dificuldade do aluno manter-se quieto, conversas em sala de aula, falta de atenção, descumprimento das tarefas escolares, agressões verbais e físicas, a não adequação das normas internas do colégio. A indisciplina pode ser entendida como rebeldia, desobediência,

questionamento e resistência as regras e ordenamento através dos acordos sociais (Roure, 2008).

Segundo Hoffman (1975, 1994) citado por Alvarenga e Paccinini (2001), os pais podem utilizar estratégias disciplinares divididas em duas categorias distintas: as estratégias indutivas e as estratégias de força coercitivas. Os dois tipos de estratégias têm por função comunicar à criança o desejo dos pais de que ela modifique seu comportamento, bem como pressionar a criança a obedecer. A estratégia indutiva caracteriza-se por atingir o objetivo disciplinar indicando à criança as conseqüências do seu comportamento para as outras pessoas e chamando sua atenção para os aspectos lógicos da situação. Isso propicia a ela a compreensão das implicações de suas ações e, portanto, dos motivos que justificam a necessidade de mudança no seu comportamento.

Dessa forma, Hoffman (1975, 1994) citado por Alvarenga e Paccinini (2001) relata que a criança desenvolve certa autonomia para utilizar esse tipo de informação para controlar seu próprio comportamento. Como exemplos: o uso de explicações sobre o comportamento da criança e as suas conseqüências, explicações a respeito de regras, princípios e valores, apelos ao orgulho da criança, apelos baseados no amor que a criança sente pela mãe, e explicações sobre as possíveis implicações ruins ou dolorosas das ações da criança sobre os outros e sobre o seu relacionamento com as outras pessoas. Esse tipo de estratégia tende a facilitar a internalização de padrões morais.

Já as estratégias de força coercitiva caracterizam-se, segundo Hoffman (1975) citado por Alvarenga e Paccinini (2001), pela aplicação direta da força, incluindo punição física, privação de privilégios e afeto, ou pelo uso de ameaças dessas atitudes. Essas técnicas fazem com que a criança controle seu comportamento em função das reações punitivas dos pais.

Além disso, elas produzem emoções intensas, tais como: medo, raiva e ansiedade, que tendem a reduzir ainda mais a possibilidade da criança compreender a situação e a necessidade de modificação de comportamento. Ou seja, o controle do comportamento da criança tenderá a depender de intervenções externas porque ela não adquire a capacidade de compreender as implicações de suas ações. Neste sentido, as estratégias de força coercitiva não favorecem a internalização das regras sociais e a moralidade (Alvarenga e Paccinini, 2001).

Immanuel Kant (1724-1804) em sua obra *Sobre a Pedagogia* assevera que o homem sem disciplina é pior que um homem sem cultura, pois esta pode ser remediada

mais tarde. O ser humano tem a necessidade de cuidados e formação que se é compreendida por disciplina e instrução. Portanto a falta de disciplina, de limites e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos.

Portanto, observa-se que o alicerce da Polícia militar é o limite, não por intermédio da punição, mas no sentido de uma educação disciplinada. De acordo com Elias (2010), apesar de uma imagem de rigor e intransigência, nota-se que esta instituição se preocupa com sua organização interna e também com a questão da disciplina, de maneira a contribuir para a formação ética, moral e social de seus alunos. Visando a uma estruturação pessoal do indivíduo, que o permita viver e conviver com harmonia, dentro do CPMG e nos demais âmbitos de sua convivência (G. Elias, comunicação pessoal, 07 de maio de 2010).

Sendo assim, o CPMG, em função de toda uma tradição interna, busca atingir o objetivo supracitado, seguindo o estatuto no qual se encontra um regimento interno. Nesse regimento são apresentados as normas, direitos e deveres do corpo discente, docente e cada seção existente no colégio. Manual do aluno CPMG, (2010) citado em comunicação pessoal por Elias (2010).

A autora acrescenta que há uma preocupação do comando em conduzir os aspectos que constam neste estatuto de forma humanizada, o bastante para reconhecer o aluno como pessoa e como tal merecedor de cuidados, respeito e limites (G. Elias, comunicação pessoal, 19 de março 2010).

Aberastury e Knobel (1981) acrescentam que o limite que cuida é importante porque ele ajuda o jovem a se perceber, reconhecido e considerado pelo seu cuidador. Ao contrário da liberdade excessiva, a qual chega para o jovem como abandono.

Método

Participantes

Participou desse estudo um aluno com problema disciplinar e pessoal, do turno noturno, com idade de 17 anos, cursando o Ensino Médio. Este aluno foi encaminhado à seção de psicologia do Colégio da Polícia Militar, escola estadual conveniada com a polícia militar de Goiás, situada na região noroeste em Goiânia.

Materiais

Foram utilizados no presente estudo o seguinte ambiente: uma sala designada para atendimento psicológico. A sala é dividida em dois ambientes o primeiro contém uma mesinha de canto com arranjo de flores e telefone, três poltronas acolchoadas, tapete, um relógio de parede, dois quadros, no outro ambiente, que é separado com uma divisória, tem duas mesinhas, uma com computador, dois armários e três cadeiras almofadadas.

Procedimento

O trabalho realizado no campo de estágio consistiu em desenvolver um projeto elaborado especificamente para esse fim. Consta nesse as seguintes atividades: efetuação da diagnose escolar e conseqüente levantamento das necessidades a serem trabalhadas pela psicologia dentro da escola; realização de atividades com grupos de alunos, professores e funcionários, para trabalhar temas específicos; realização de palestras de cunho educativo e com fins de orientação aos pais, alunos e professores; escuta clínica e devidos encaminhamentos e orientações com alunos, professores, funcionários e pais de alunos; realização de oficinas para trabalhar as inquietações, as dúvidas e ansiedades dos vestibulandos; e, finalmente, acompanhamento de alunos do processo de inclusão.

Diante do disso, ressalta-se que neste trabalho foi feito um recorte para ser apresentado como estudo de caso. Tomando como objeto de estudo um episódio específico. A escolha desse episódio foi feita diante da gravidade com a qual o mesmo se manifestou, bem como, o modo pelo qual a psicologia escolar foi solicitada a participar e intervir frente à possibilidade de remediação.

Faz-se referência a um caso que gerou polêmica e repercussão, tanto no colégio quanto na mídia. Trata-se de um adolescente que levou uma arma de fogo carregada para o interior das dependências do colégio militar. O rapaz em questão receberá um nome fictício de Alisson. Esse aluno foi encaminhado à seção de psicologia pelo subcomandante do CPMG.

Diante da gravidade da situação, a psicologia escolar realizou, inicialmente, a escuta clínica do aluno envolvido, bem como de seu responsável; ambos foram ouvidos e acompanhados sob a orientação da supervisora responsável pelo campo de estágio.

No primeiro encontro, o aluno foi atendido individualmente e questionado sobre

a arma que levou ao colégio. Alisson relata que foi com motivo de impressionar alguns alunos que estavam procurando briga com ele e seu colega B. A, de 16 anos de idade, ambos da mesma sala. Então, a estagiária de psicologia pediu para que contasse detalhadamente o que gerou este problema.

Alisson, por ser aluno novato, e seu colega também, disseram que alguns alunos veteranos implicaram com eles no recreio. Incomodado com a situação, Alisson procurou um colega antigo [de fora da escola], expondo o que estava acontecendo em seu colégio, esse colega sugeriu que levasse uma arma na intenção de intimidar os alunos que estavam atormentando e assim o fez, levou a arma para casa e, em seguida, levou-a (com o pente carregado) ao colégio [CMPG]. Na vistoria feita semanalmente pelos militares, a arma foi descoberta, e os policiais responsáveis por esse feito pediram a Alisson que os acompanhasse até a divisão disciplinar, seu responsável foi chamado no colégio e ambos encaminhados para a Delegacia.

Houve depois disso um segundo encontro com a psicologia escolar, no qual o aluno foi ouvido juntamente com seu responsável e durante este acompanhamento foi questionada a conduta de Alisson em levar uma arma de fogo para um recinto educacional e militar. Nessa conversa foi salientado sobre as normas da instituição (discriminadas de forma clara e precisa no manual do aluno), as quais consideram que, diante de um ato grave do aluno, ele será convidado a se transferir da escola. Caso haja uma recusa, esse irá a conselho extraordinário. Tal conselho se processa de forma semelhante a um júri popular, no qual a conduta do aluno é apreciada pelos membros da instituição escolar, por intermédio da leitura de relatórios acerca do fato ocorrido, e também dos relatórios de sua vida escolar.

O conselho tem a participação dos seguintes membros: o comandante, a divisão disciplinar, a coordenação pedagógica, os professores do aluno, o presidente do conselho escolar, a seção de assistência psicossocial e o responsável pelo aluno. Cada seção faz um relatório do aluno; na coordenação pedagógica é feito pelos professores e coordenadores de como é o aluno em sala de aula; na divisão disciplinar é lido o relatório do comportamento do aluno, as advertências, repreensões e suspensões, uma disciplina que é exigida pelos colégios militares e a seção de psicologia com o relatório dos atendimentos e orientações. Este conselho acontece a cada semestre um no final de junho e outro no início de dezembro, caso haja necessidade haverá um conselho extraordinário que é fora destas duas datas.

Depois de cada seção ler o relatório na presença do responsável, é dada a oportunidade de eles justificarem o ato de seus filhos e solicitarem uma segunda chance. Os responsáveis se retiram do recinto e há uma votação aberta. Logo chamam os responsáveis novamente e falam o que o conselho decidiu.

O terceiro encontro foi apenas com o pai de Alisson, durante o atendimento, seu responsável relata que experimentou muita dificuldade em sua própria infância e, por causa disso nunca deixou faltar nada ao filho: brinquedos, roupas, viagens, passeios, festas, comida e tudo o mais que o filho desejasse, e que estivesse ao seu alcance ele daria, seu medo e pergunta eram: “será que estraguei meu filho dando tudo o que ele queria?”.

Quando Alisson tinha 13 anos o pai descobriu que o filho estava fazendo uso de cigarros de maconha e acompanhado de más companhias no colégio. Foi quando resolveu tirá-lo de lá, fazendo com que todos os anos o filho prestasse a prova na tentativa de passar e entrar no colégio militar, mas, só no final de 2009 ele conseguiu.

No quarto encontro, o aluno foi atendido sozinho, sua aparência era de preocupação, e durante a conversa surgiu sentimento de culpa, irresponsabilidade, vergonha, decepções que ele havia causado nos pais, nos parentes e amigos. No quinto encontro Alisson e seu pai estavam abatidos e apreensivos, pois, eles decidiram não pedir a transferência e o dia do conselho já estava marcado. Na conversa daquele dia, o pai trouxe assunto como valores morais, limites, relatos de seu filho ser apontado na rua como o menino que levou arma para a escola e por fim foram respondidas as últimas dúvidas sobre o conselho extraordinário.

No dia do conselho extraordinário, o pai de Alisson estava o tempo inteiro de cabeça baixa, antes de iniciar, foi apresentado ao pai e ao aluno o relatório que seria lido a todos. Neste relatório, que foi feito sob orientação da supervisora de campo, apresentou-se o parecer da Seção de Assistência Psicossocial, o qual assim foi concluído:

[...] Diante da descrição do episódio, percebe-se que ao ser exposto a constantes situações de constrangimento e intimidação, por parte de outros alunos desta escola, definidas como *Bulling*, conclui-se que o aluno aqui mencionado, por não ter a maturidade emocional e psicológica adequadas o suficiente para lidar acertadamente com situações de enfrentamento, lançou mão de um recurso impróprio e inconveniente, porém, único neste momento de sua percepção, dada sua insuficiência de repertório interno para resolver situações-problema. Em face do transtorno causado, bem como da sua dimensão, recomenda-se o

acompanhamento psicoterápico para o menor supracitado, com a maior presteza possível. Sendo assim a Seção de Assistência Psicossocial é a favor de que o aluno permaneça no colégio e seja inserido no Termo de Adequação e Conduta³ (Elias, 2010).

Durante o conselho, o pai estava extremamente emocionado, e, ao se retirar do recinto onde estava ocorrendo o conselho para a votação, houve a fala da comandante, questionando o comportamento do aluno e fazendo um paralelo ao relatório da Psicologia, pronunciando-se da seguinte forma: “Como o aluno teve imaturidade emocional e psicológica para enfrentar e assumir seus problemas, mas também apresentou muita coragem de trazer uma arma de fogo para o colégio militar?”.

Alguns professores relataram que alguns alunos de sua turma o esperavam ansiosos para parabenizá-lo por sua coragem. Outros diziam que se o aluno ficasse o colégio, este iria perder sua credibilidade e que aquele é um colégio sério, onde se ensina a cidadania, ética e responsabilidade social. A maioria apresentou uma justificativa contra a permanência do aluno na escola e o conselho decidiu por 14x1 pela transferência.

Seguido a isto, o pai e o aluno Alisson foram chamados novamente para o recinto, onde receberam o resultado da resolução tomada por todos responsáveis por aquela discussão, por meio das palavras proferidas pela comandante; a qual utilizou-se de argumentos para justificar ao pai ao aluno os motivos pelos quais Alisson não poderia mais permanecer no CPMG.

Em seguida, a estagiária de Psicologia chamou o aluno e o pai para conversarem, e oferecer o devido suporte psicológico, colocando-se à disposição deles. Este foi o sexto e último encontro.

Discussão

Todo ano há uma procura grande de pais querendo colocar seus filhos para estudar no Colégio da Polícia Militar de Goiás. O objetivo destes pais é que os seus filhos possam construir, internamente, noção de valores, limites e disciplina que a família não

³ Termo de Adequação e Conduta é um documento assinado pelos responsáveis e pelo aluno, onde o aluno se compromete a adequar às normas do colégio. Caso haja uma reincidência ou uma suspensão com prejuízo [não poder frequentar as aulas por um a três dias] devido à punição, esse é transferido compulsoriamente de acordo com o termo já assinado. O aluno será monitorado pelos professores e militares e ter um acompanhamento pela equipe de psicologia e assistente social do colégio.

conseguiu estruturar com eles.

Dentro desta perspectiva, o trabalho [a demanda da psicologia escolar dentro dessa instituição] gira em torno da remediação, em função de um alto índice de desestrutura familiar e comportamentos inadequados dos alunos.

Apesar do trabalho da psicologia escolar ser muito mais abrangente que o processo de remediação, observa-se que dadas às condições de desestrutura interna e familiares dos alunos, estes atendimentos vem fazendo grande diferença na vida deles.

Em relatos de pais que procuram a seção de psicologia do colégio, há uma busca de referências que eles mesmos não conseguem suprir, não sabem lidar ou até mesmo perderam as esperanças.

Os casos atendidos na seção de assistência psicossocial do colégio da polícia militar de Goiás tiveram várias repercussões e aprendizados para os atendidos e suas famílias. O caso escolhido é de um aluno que levou uma arma de fogo para o colégio e está respondendo por porte ilegal de arma e dentro dos encontros foram trabalhados tanto com o adolescente quanto com o pai de assumir a responsabilidade do que aconteceu. O fato de ser menor de idade não o isenta de assumir suas responsabilidades perante o colégio e a sociedade.

Durante o acompanhamento com a família e o aluno, observou-se que a falta de limites era predominante na relação entre pais e filho, pois, Alisson tinha o que desejava, sempre que apresentava algum problema disciplinar e estando envolvido em más companhias mudava-se de escola.

Assim que o caso se repercutiu, os pais apresentaram uma preocupação maior em proporcionar ao filho um acompanhamento psicológico, estratégias disciplinares, como: comunicar o desejo dos pais de que ele modifique seu comportamento e crie responsabilidade. Esse comportamento confirma a estratégia disciplinar citada por Alvarenga e Paccinini (2001) que indica ao indivíduo as conseqüências do seu comportamento para sua pessoa e chamando para os aspectos lógicos da situação.

Ao ser levado a conselho extraordinário como conseqüência de seu comportamento inadequado, por mais que a seção de psicologia tivesse cumprido com seu papel, intervindo com o objetivo de inseri-lo no Termo de Adequação e Conduta, como forma de trabalhar o comprometimento e a responsabilidade de seus atos, o resultado foi negativo, o conselho disciplinar não pode aceitar o argumento do relatório, mesmo diante da justificativa da necessidade do acompanhamento necessário com o

encaminhamento a psicoterapia fora da instituição para o aluno.

Tal ação por parte do colégio justifica-se pelo Regulamento Disciplinar do CPMG, o qual prevê em seu estatuto que faltas graves devem ser atendidas com a transferência do aluno para outra instituição de ensino. Principalmente, se a falta for realizada sob premeditação do aluno, conforme item IX do artigo 14 do Capítulo III do regulamento disciplinar da instituição indicada neste caso. Conforme se segue: “Art. 14 - São circunstâncias agravantes: [...] IX - ter agido com premeditação, no cometimento da falta” (CPMG, 2010).

Importante ressaltar que o aluno, antes de entrar no Colégio da Polícia Militar de Goiás, é esclarecido juntamente com seu responsável, sobre o manual do aluno que contém todas as normas e regras internas do CPMG.

Sendo assim, o Regulamento Disciplinar do CPMG, em seu título I antecipa ao aluno diante de sua entrada na instituição que:

Art. 1º - Com base nos princípios de justiça e equidade, bem como visando a pessoa humana em desenvolvimento, o Regulamento Disciplinar do Colégio da Polícia Militar de Goiás – CPMG tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares praticadas pelos alunos, enumerando as causas e circunstâncias que influenciem em seu julgamento, bem como enunciar as punições disciplinares estabelecendo uniformemente do critério utilizado em sua aplicação. Art. 2º - As normas disciplinares devem ser encaradas como um instrumento a serviço da formação integral do aluno, não sendo toleráveis nem o rigor excessivo, que desvirtua ou deforma, nem a benevolência paternalista, que a desfibra e degenera CPMG (2010).

No campo de estágio percebe-se a preocupação em adequar o aluno às ordens da instituição, bem como às demandas da sua realidade social viabilizando, não somente, a construção do conhecimento técnico e científico, mas também, a preocupação dos princípios de conduta e valores morais que garantam sua vida na sociedade, por isso, é introduzido na grade curricular, aulas de educação moral, como civismo e cidadania, respeito às normas coletivas, disciplina e oferecem a todos o acompanhamento com psicólogos e assistentes social (CPMG, 2010).

Diante do exposto, entende-se que o conselho disciplinar tem por finalidade acompanhar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem, bem como o comportamento do aluno prevenindo que ele vá ao conselho disciplinar, por isso, conta com o trabalho da seção de assistência psicossocial [Psicologia Escolar] ao estudante, orientando-o e

requisitando a presença dos seus responsáveis para que possam ser alertados no sentido de estar atentos à educação e à disciplina de seu filho no meio educacional.

Todavia, diante de situações como a descrita neste artigo, o que impera é o determinado pela instituição militar. Esta considera muito o trabalho da psicologia em seu âmbito, principalmente, no nível da prevenção. Pois, diante da necessidade de qualquer tipo de remediação o que vigora é o que previamente está previsto em seu Regulamento Disciplinar.

Conforme Elias (2010), conclui-se que ao psicólogo cabe sempre, antes de qualquer teoria, uma filosofia de vida que o oriente à responsabilidade, ao altruísmo, à competência, mas, antes de tudo ele deve ter uma filosofia que o oriente no caminho da humildade. Humildade bastante para que ele possa ir e vir num constante movimento, no qual ele saiba atender quando solicitado, e se recolher quando for recusado. Esta postura é fundamentalmente importante para que ele contribua, de modo adequado quando necessário, e se resguarde com sapiência para não ser invasivo e nem sentir-se invalidado.

Referências

- Aberastury, A & Knobel, M. (1981). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Artes Médicas. Porto Alegre.
- Alvarenga, P & Piccinini, C.(2001). Práticas Educativas Maternas e Problemas de Comportamento em Pré-Escolares. *Psicologia Reflexão e Crítica*. vol.14 n°.3.
- Andaló, A.S.C (1984). O papel do psicólogo escolar. *Psicologia ciência e profissão* v.4 n.1. Brasília.
- Andrada, C. G. E (2005). Novos Paradigmas na prática escolar. *Psicologia reflexão e crítica*. vol. 18. N° 2. Porto Alegre.
- Aquino, J. C. (1996). A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. Em J. C. Aquino (Org.), *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 39-56). São Paulo: Summus.
- Araújo, B. G & Sperb, M. T.(2009) Crianças e a construção de limites: narrativas de mães e professoras. *Psicologia e estudo*. vol.14 no.1 Maringá.
- Araújo, U. (2004). *Assembléia escolar: um caminho para a resolução de conflitos*. São Paulo: Moderna.
- Goiás, C.P.M (2010). *Manual do aluno*.Goiânia.
- Kant, I.(1999). *Sobre a Pedagogia* (F. Fontanella, trad). Piracicaba: Unimep.
- La Taille, Y. (1999). *Limites: três dimensões educacionais*. São Paulo: Ática.
- Leal, M. F (2009). "Por Trás dos Portões"- *A disciplina no colégio militar de Curitiba (1959-*

164). Monografia. Universidade Tuiuti do Paraná, Paraná.

Maluf, M. R.(2003) Psicologia escolar: novos olhares e o desafio das práticas. In: Almeida, S. F. C. de (Org.). *Psicologia escolar: ética e competência na formação e atuação e atuação profissional*. Campinas, SP: Alínea.

Martinéz, A. M.(2003) O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para a formação. In: Almeida, S. F. C. de. (Org.). *Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. Campinas, SP:Alínea.

Roure, S. A. G. Concepções de indisciplina escolar e limites do psicologismo na educação. (pp107-127). In: Miranda. M.G & Resende. A. C. A, (2008). Orgs. *Escritso de psicologia, educação e cultura*. Em Goiânia, GO: UCG.

Novaes, M. H.(2003) Repensando a formação e o exercício profissional do psicólogo escolar na sociedade pós-moderna. In: Almeida, S. F. C. de. (Org.). *Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Alínea.

Paggi, K., & Guareschi, P. (2004). *O desafio dos limites: um enfoque psicossocial na educação dos filhos*. Rio de Janeiro: Vozes.

Patto, M. H. S. (Org.).(1998). *Introdução à psicologia escolar*. 2ª ed., 4a reimpressão. SãoPaulo: T. A. Queiroz.

_____.(1996). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 2ª reimpressão. São Paulo: T. A. Queiroz.

Pfromm Netto, S.(1996). As origens e o desenvolvimento da Psicologia Escolar. In: Wechsler, S. M. (Org.) *Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática*. Campinas, SP: Alínea.

Rogger, J.E.(2006) *Crianças precisam de limites*[tradução de Claudia Abeling]. São Paulo SP: Gente.

Rossi, T. M. F. & Paixão, D. L. L. In: Almeida, S. F. C. de. (Org.).(2003). *Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Alínea.

Valle, R. L. E. L.(2003.).*Psicologia escolar: um duplo desafio*. *Psicologia ciência e profissão*, 23 (1), 22-29.

Wechesler, S. M. (Org.).(1996). *Psicologia Escolar: pesquisa, formação e prática*. Campinas, SP: Alínea.